

Subjetivação e dobras de fora: transitando por *Foucault*, de Gilles Deleuze¹

Jean Henrique Costa*

Data de submissão: 28 out. 2009

Data de aprovação: 30 nov. 2009

Resumo

O presente escrito objetiva discutir sucintamente o conceito de “dobras de fora”, problematização foucaultiana que auferiu formato singular na obra de Gilles Deleuze durante a década de 1980. A representação dessa dobra em Deleuze foi construída a partir das obras dedicadas ao próprio Foucault (1986) e a Leibniz – *Le Pli: Leibniz et le baroque* (1988) – e indica, no âmago de sua complexidade semântica, uma vergadura, flexão do lado de fora (poder) para a constituição de “uma relação da força consigo, um poder de se afetar a si mesmo, um afeto de si por si”, conforme palavras de Deleuze. O conceito de dobra, embora seja um instrumento teórico bastante enérgico para se compreender a realidade subjetiva hoje, é ainda pouco notório. Destarte, faz-se aqui o exercício de apresentá-lo. Tratar-se-á, conforme expressão de Suely Rolnik, de uma “insólita viagem à subjetividade”, itinerário cercado pela “indissociabilidade inconciliável entre o fora e o dentro”. Pretende-se aqui, desse modo, atingir a aturada tarefa de comentar tal úbere projeto teórico-filosófico.

Palavras-chave: Subjetividade; mecanismos disciplinares; tecnologias do *self*; dobra; sujeito.

Abstract

This work aims to discuss briefly the concept of “fold out”, which received Foucauldian problematization particular design in the work of Gilles Deleuze during the 80th Century past. The representation of folding in Deleuze was constructed from the works devoted to Foucault himself (1986) and Leibniz – *Le Pli: Leibniz et le baroque* (1988) – and indicates in its complexity core semantics, a curve, flexing outside (power) for the establishment of “a relation of force with a

¹ Artigo produzido no âmbito da disciplina *Interrogações Científicas Contemporâneas* (2009), ministrada pela professora Dra. Norma Missae Takeuti – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

* Sociólogo (DCS/UFRN) e doutorando em Ciências Sociais (PGCS/UFRN). Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

power to affect oneself, one's affection itself alone" in the words of Deleuze. The concept of folding, although it is a theoretically strong enough to understand the subjective reality today is still little known. Thus, it is here the exercise of presenting it. This is done, depending on expression of Suely Rolnik, an "unusual journey to subjectivity", route surrounded by "irreconcilable inseparability between outside and inside". This is thus to achieve a thorough job of commenting this project under-philosophical framework.

Keywords: Subjectivity; disciplinary mechanisms; technologies of the self; folding; subject.

Pensar na experiência subjetiva seja ela do período clássico, medieval ou contemporâneo, requer um ponto de partida, um lócus operacional para se observar os distintos processos de construção da subjetividade humana. Não se trata de delegar ao plano subjetivo o caráter extremo de interioridade do sujeito, como o faz frequentemente a simplificação do *communis sensus*. Não se pode também considerar como objetivo tudo o que é exterior a essa suposta subjetividade que viria de fora da "alma". Nem tudo o que é subjetivo vem de dentro e nem tudo que é exterior (de fora) ao indivíduo é objetivo. Dentro e fora, fora e dentro! Elementos dicotômicos que expressam tão bem o ato de nascer das relações entre sociedade e indivíduo, o todo e as partes, o geral e o particular, o objetivo e o subjetivo.

Considera-se aqui o "sujeito" como uma experiência nascida entre a dicotomia epistemológica "estrutura e ação", não havendo superioridade estrutural máxima (dos arranjos sociais), muito menos vontades individuais simplesmente autônomas (supremacia do pessoal-subjetivo). Concorda-se com Jurandir Costa (1999), cujas reflexões se fazem na esteira do pensamento foucaultiano, que o sujeito, além de formado pela ação dos dispositivos disciplinares, também aprende a se constituir agindo sobre si por meio das tecnologias do *self* (técnicas de si).

Os discursos sobre as estruturas coercitivas se chocam frequentemente com recursos teóricos nos quais privilegiam a autonomia explicativa do social por meio da ação. A recíproca é, do mesmo modo, válida. Estrutura e ação, coerção e habilitação, limite e possibilidade etc., tudo isso vem apenas mostrar o terreno no qual o indivíduo está envolvido. A experiência subjetiva está nesse solo. Portanto, o subjetivo não é apenas o

de “dentro”, tampouco é mero receptáculo do lado de “fora”; é também uma dobra do lado de fora (força, como diria Gilles Deleuze) para se constituir um dentro. Não é um dentro autônomo, muito menos simples receptor dos mecanismos de controle, mas sim, uma construção, um processo intenso de produção dessa individualidade nascido entre os poderes e os saberes para se tornar uma relação consigo (*self*). Processo esse heterogêneo no espaço e no tempo da produção dessa subjetividade. Passemos adiante para melhor detalhamento.

Domingues (2001, p. 18) apresenta o conceito de estrutura como “o peso que arranjos sociais prévios exercem sobre os atores (ou ainda), o aspecto coercitivo desses arranjos”². A explicação seria guiada, como condição primeira, por esse princípio coercitivo da sociedade frente ao comportamento dos atores sociais.

No pólo conceitual oposto, temos a idéia da “ação” como fundamento final da análise social, no qual Max Weber seria inaugurador deste *individualismo metodológico*, que confere ao desempenho do indivíduo, ao sentido da ação social, o caráter basilar do pensar em ciência social.

Tal oposição metodológica denota, contudo, uma unidade de análise. Não existe em realidade, mas apenas como forma de pensar a relação indivíduo-sociedade. Não expressa, conforme orientação de Domingues (2001), a divisão entre holistas e individualistas. Não proclama oposição, mas sim, o entendimento de como indivíduo e sociedade se entrelaçam na questão das escolhas, das preferências, das individualidades, dos desejos, das proibições etc. A idéia de uma subjetividade não pode deixar de lado essa relação, não tão dicotômica, dual, mas sim entrelaçada, “transversalizada”.

Posições mais pessimistas atestam a “morte” do indivíduo pelo mercado que vem progressivamente dirigir a vida de cada um, numa espécie de *sociedade administrada*. Dentre esses arranjos explicativos estão alguns expoentes da Teoria Crítica no qual Adorno e Horkheimer são exemplos constitucionais:

O princípio da individualidade estava cheio de contradições desde o início. *Por um lado*, a individuação jamais chegou a se realizar de fato. O caráter de classe da autoconservação fixava cada um no estágio do mero ser genérico [...]. O indivíduo, sobre o qual a sociedade se apoiava, trazia em si mesmo sua mácula; em sua aparente liberdade, ele era produto de sua aparelhagem econômica e social. [...]. *Ao mesmo tempo*, a sociedade burguesa também desenvolveu, em seu processo, o indivíduo. Contra a vontade de seus

² Vale salientar que alguns autores, segundo Domingues (2001), tais como Bourdieu e Giddens, chamam a atenção para o fato de que a estrutura é também capacitadora dos atores.

senhores, a técnica transformou os homens de crianças em pessoas. Mas cada um desses progressos da individuação se fez à custa da individualidade em cujo nome tinha lugar, e deles nada sobrou senão a decisão de perseguir apenas os fins privados. (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 128)

Matos (2005, p. 50), com base na Teoria Crítica, lembra que “o indivíduo autônomo, consciente de seus fins, está em extinção, em desaparecimento”. Tem-se aí, por conseguinte, um exemplo das disposições (arranjos) sociais na configuração de uma problematização do indivíduo no capitalismo. Embora seja algo pontual, expressa o centro de muitas outras perspectivas que privilegiam a estrutura como fundamento explicativo basal.

Giddens (2002, p. 39), por outro lado, ajuda a pensar o reverso desse perecimento do indivíduo. Segundo ele:

Muitos dos elementos da habilidade de ser capaz de “seguir em frente” são levados ao nível da consciência prática, incorporada à continuidade das atividades cotidianas. Ela é parte integrante do monitoramento reflexivo da ação, embora seja “não-consciente”, ao invés de inconsciente. A maioria das formas da consciência prática não poderia ser “tida em mente” no decorrer das atividades sociais, pois suas qualidades tácitas ou supostas constituem a condição essencial que permite que os atores se concentrem nas tarefas pela frente.

Há também, nessa condição do viver, uma consciência discursiva, ou seja, aquela que permite o questionamento de tais ações práticas e que resulta em discursos elaborados com maior reflexividade em suas formulações. “A consciência discursiva cumpre papel crucial também, mas não exclusivo, sendo ainda mais reflexiva e capaz de proporcionar a racionalização da ação por parte dos atores, possibilitando explicações e projetos definidos” (Domingues, 2001, p. 65). Na ponderação de Domingues, no mesmo lugar, Giddens

atribui um caráter condicionante (*constraining*) da ação dos atores, sendo, entretanto, ao mesmo tempo capacitadora (*enabling*) de sua ação. Isso quer dizer que a estrutura é, simultaneamente, composta de “regras” e “recursos”, que definem parâmetros para a ação, fornecendo-lhes também os instrumentos, do contrário inexistente, para agir.

Isso significa que a estrutura constri ao passo que também habilita, ou seja, existe coerção, no sentido de que limita certas ações, mas também fornece recursos que fazem com que os indivíduos conduzam suas

vidas, através de suas leituras do mundo (que, numa instância explicativa mais entusiasmada, conduziria aos *cuidados de si*, às tecnologias do *self*).

Nesse solo filosófico exposto, afirma-se que o pensar dicotômico deixa escapar peculiaridades importantes na análise dos fenômenos sociais. A experiência subjetiva não pode ser apreendida nessa dicotomia, mas sim no ponto médio dela, em seu interior, superando-a. É preciso, pois, ver esse meio, percorrer o que está entre esta suposta autonomia da ação e a tão proclamada coercitividade dos fatos sociais. É preciso notar como os indivíduos, que não estão “mortos”, comportam-se para viver mediante os mecanismos da força, isto é, os mecanismos do poder. Como estes se *fazem consigo* frente ao poder. Para isso, o conceito de dobra, pensado por Michel Foucault e particularizado por Gilles Deleuze, é um recurso ativo para analisar essas singularidades, visando exceder esta dicotomia clássica e também moderna tão cara às ciências sociais hoje. Para isso, entremos na própria discussão deleuziana de dobra, peça motivadora deste escrito.

Primeiramente, a figura da dobra em Deleuze foi construída a partir das obras dedicadas ao próprio Foucault (de 1986) e a Leibniz – *Le Plî: Leibniz et le baroque* (de 1988) – e indica, no âmago de sua complexidade semântica, uma vergadura, uma flexão do lado de fora (poder) para a constituição de “*uma relação da força consigo, um poder de se afetar a si mesmo, um afeto de si por si*”, conforme palavras de Deleuze (2005, p. 108).

De Foucault, interessou instrumentalmente a Deleuze a discussão sobre as tecnologias de si para a problematização da dobra.

Tecnologias de si, que permitem aos indivíduos efetuar, com seus próprios meios ou com a ajuda de outros, um certo número de operações em seus próprios corpos, almas, pensamentos, conduta e modo de ser, de modo a transformá-los com o objetivo de alcançar um certo estado de felicidade, pureza, sabedoria, perfeição ou imortalidade. (Foucault, 2004, p. 323-234).

De Leibniz, é usada uma reflexão barroca por excelência, onde tudo se dobra, desdobra e redobra³ (Deleuze, 1991). Dessas obras deleuzianas, desse modo, emerge a imagem de dobra como flexão da força, do fora, do poder.

Deleuze (2005, p. 101), citando Foucault, afirma que “o ponto mais intenso das vidas, aquele no qual se concentra sua energia, é exatamente onde elas se chocam com o poder, se debatem contra ele, tentam utilizar suas forças ou escapar às suas armadilhas”. Prossegue dizendo que Foucault

³ Para Deleuze (1991, p. 13), o “barroco remete não a uma essência, mas sobretudo a uma função operatória, a um traço. Não pára de fazer dobras”.

poderia lembrar igualmente que, segundo ele, os centros difusos de poder não existem sem pontos de resistência que têm de alguma forma, o primado – e que o poder, ao tomar como objetivo a vida, revela, suscita uma vida que resiste ao poder – e, enfim, que a força do lado de fora não pára de subverter, de derrubar os diagramas.

Diante de um poder disciplinar e cada vez mais de controle (sociedades disciplinares e de controle), pensa Foucault que “só haveria saída se o lado de fora fosse tomado num movimento que o desvia da morte. Seria como um novo eixo, distinto ao mesmo tempo do eixo do saber e do eixo do poder” (Deleuze, 2005, p. 103).

De acordo com Rogério da Costa (2004), em apreciação a problematização foucaultiana, as sociedades disciplinares estão situadas entre o século XVIII e meados do século XX. Esse modelo de sociedade disciplinar, para Foucault, tinha como característica basilar o “enclausuramento como operação fundamental”, no qual o poder atuava no sentido de disciplinar o espaço (escolas, prisões, hospitais, manicômios, fábricas etc.) e o tempo (tempo de trabalho, tempo de descanso, tempo de lazer, tempo de férias etc.) na produção de corpos dóceis, úteis ao novo momento histórico. Por sua vez, a sociedade de controle emerge paulatinamente em meados do século XX, no qual os mecanismos de produção de corpos produtivos e dóceis não se engendram mais somente em espaços fechados e em tempos delimitados. Agora, as estratégias sem estrategistas do poder controlam o indivíduo por meio de redes, ausentes de limites e em tempo contínuo “no qual os indivíduos nunca conseguiriam terminar coisa nenhuma, pois estariam sempre enredados numa espécie de formação permanente, de dívida impagável, prisioneiros em campo aberto” (Costa, 2004, p. 161). Neste novo momento, toda hora é momento de ser produtivo: na educação, no trabalho, na beleza, no sexo etc. O poder encontrou, portanto, um meio muito mais sutil de tornar os corpos dóceis e hábeis. A sociedade de controle não é um estágio diacrônico em relação à sociedade disciplinar. É, pois, uma nova etapa que, em suma, não visa eliminar a anterior, mas sim fortalecer a produção dos corpos produtivos à vida moderna.

Esse terceiro eixo é o que Deleuze chamou de dobras: dobras de “fora” (dizemos). “O lado de fora não é um limite fixo, mas uma matéria móvel, animada de movimentos peristálticos, de pregas e de dobras que constituem um lado de dentro: nada além do lado de fora, mas exatamente o lado de dentro do lado de fora” (Deleuze, 2005, p. 104). Comentar esta noção deleuziana é o intento agora empreendido.

Esse terceiro eixo que se trata de “desemaranhar”, eixo da relação consigo, representava alterações em relação às pesquisas arqueológica e genealógica (eixo do saber, eixo do poder). Deleuze articula a análise dos modos de subjetivação [...] a partir de uma lógica topológica na qual aqueles modos de subjetivação aparecem como constituição de um forro, de um dentro constituído por invaginação da borda com o lado de fora (relações de força). (Paiva, 2000, p. 133).

Michel Foucault, em seu projeto *História da sexualidade*, volta aos gregos antigos para descobrir e marcar essa noção de dobra. Foucault observa que a formação grega apresentava novas relações de poder, diferentes das velhas formações imperiais, afirma Deleuze (2005).

Os gregos antigos inauguram uma forma de governo de si que se constitui nesta novidade que Foucault desvenda em sua história do pensamento: a dobradura da força, a flexão do fora para criar um dentro. Para Deleuze (2005, p. 107)⁴:

Garantir a direção de si mesmo, exercer a gestão da própria casa, participar do governo da cidade são três práticas de mesmo tipo, e Xenofonte “mostra bem, entre essas três artes, a continuidade, o isomorfismo, assim, como a sucessão cronológica de sua instauração na existência de um indivíduo”. No entanto, não é ainda nisso que aparece a maior novidade dos gregos. A novidade dos gregos aparece posteriormente, aproveitando-se de um “descolamento” duplo: quando os “exercícios que permitem governar-se a si mesmo” se descolam ao mesmo tempo do poder como relação de forças e do saber como forma estratificada, como “código” de virtude. Por um lado, há uma “relação consigo” que começa a derivar-se da relação com os outros; por outro lado, igualmente, uma “constituição de si” começa a derivar do código moral como regra de saber. Essa derivação, esse descolamento devem ser entendidos no sentido de que a relação consigo adquire independência. É como se as relações do lado de fora se dobrassem, se curvassem para formar um forro e deixar surgir uma relação consigo, constituir um lado de dentro que se escava e desenvolve segundo uma dimensão própria: a *enkrateia*, a relação consigo como domínio, “é um poder que se exerce sobre si mesmo dentro do poder que se exerce sobre os outros” (quem poderia pretender governar os outros se não governa a si próprio?), a ponto da relação consigo tornar-se “princípio de regulação interna” em relação aos poderes constituintes da política, da família, da

⁴ Ora citando diretamente Foucault, ora apenas indiretamente. Para maior aprofundamento, ler a obra foucaultiana em questão: *O uso dos prazeres (História da sexualidade II)*.

eloquência e dos jogos, da própria virtude. É a versão grega do rasgão e do forro: descolamento operando uma dobra, uma flexão.

Essa é a novidade dos gregos para Foucault. O que está do lado de fora é a força, por conseguinte, deve-se vergá-la, flexibilizá-la, dobrá-la, para com isso, ter uma nova forma de relação consigo, que não seja apenas de constrangimento (de domínio dos códigos), mas também de capacitação (de domínio da ética). Que seja, assim, “uma relação da força consigo, um poder de se afetar a si mesmo, um afeto de si por si” (Deleuze, 2005, p. 108).

“Eis o que fizeram os gregos: dobraram a força, sem que ela deixasse de ser força. Eles a relacionaram consigo mesmo” (Deleuze, 2005, p. 108). É importante lembrar que essa *relação consigo* não é algo reservado, algo autônomo dos eixos do poder e do saber. Permanece, logicamente, dependente de todo o *sistema institucional e social*. Todavia, para Deleuze, a idéia fundamental de Foucault é que essa subjetividade deriva do poder e do saber, mas que não depende deles. A fórmula mais geral da relação consigo é: o afeto de si para consigo, ou a força dobrada, vergada. Coloca Paiva (2000, p. 134) que é justamente “com os gregos que Foucault encontrará todo o terreno da reflexão ética, da tematização moral dos prazeres sem a recorrência (constante) a uma codificação universalizante das condutas, nem uma regulação institucional dessa relação a si”.

Paiva (2000, p. 150) alerta que, no projeto de Foucault, “era preciso não exagerar a relação consigo como domínio de puro gozo, posse de si sem quaisquer interferências das formas codificadoras de saber e das relações de força institucionalizadas. É preciso não esquecer que essa relação de afeto de si por si é uma derivada, como uma dobra, uma curvatura na superfície do fora”. É, pois, um prazer que não significa desregramento.

A subjetivação, por conseguinte, se faz por dobra, reforça Deleuze (2005). Todavia, existem quatro dobras da subjetivação para o autor:

1ª Dobra: concerne à parte material de nós mesmos que vai ser cercada, presa na dobra: para os gregos, era o corpo e seus prazeres; para os cristãos, será a carne e seus desejos;

2ª Dobra: a regra singular em que a relação de forças é vergada para tornar-se relação consigo: regra natural, racional, divina ou estética;

3ª Dobra: é a dobra do saber ou a dobra da verdade: constitui uma ligação do que é verdadeiro com o nosso ser, e de nosso ser com a verdade;

4ª Dobra: o próprio lado de fora. É dela que o sujeito espera, de diversos modos, a imortalidade, ou a eternidade, a salvação, a liberdade, a morte etc.

Esta dobra significa, em vocábulos mais resumidos, segundo Silva (2004), um território subjetivo que exprime o próprio caráter coextensivo do dentro e do fora. Trata-se de relação de forças, onde se produz uma flexão ou curvatura produzida pelos processos de subjetivação. É, portanto, nesse campo de relação de forças que produz a subjetividade, *a constituição da relação consigo e com o mundo*.

Para Suely Rolnik (1997, p. 2):

O dentro é uma desintensificação do movimento das forças do fora, cristalizadas temporariamente num determinado diagrama que ganha corpo numa figura com seu microcosmo; o fora é uma permanente agitação de forças que acaba desfazendo a dobra e seu dentro, diluindo a figura atual da subjetividade até que outra se perfile.

Rolnik (1997, p. 6) alerta que “não se trata de alucinar um dentro para sempre feliz, mas sim de criar as condições para realizar a conquista de uma certa serenidade no sempre devir outro”. Não é uma dobra do poder que traria a felicidade plena, livre de coerção exterior, ou, como ressalta Foucault, um domínio de puro gozo. Como já alertou Deleuze, esse terceiro eixo, da relação consigo, é também derivado do poder e do saber. Todavia, dobrado, vergado, flexibilizado. É uma maneira existencial de “viver”, contudo, ainda presente no mundo dos *micropoderes*.

A noção de prazer, logicamente “complexificada” após esse conceito de dobra, e também controversa no próprio Foucault, segundo orientação de Jurandir Costa (1999), não expressa um prazer desregrado, livre de todos os mecanismos disciplinares. É, assim, nos gregos antigos, um prazer que não significa desregramento, mas sim, domínio de si. Igualmente ocorre, todavia com diferenças ontológicas, no cristianismo. Mudam as formas, mas permanecem os conteúdos: como obter um saber e um prazer que me possibilite viver competentemente entre os constrangimentos e as liberdades? Eis a grande questão!

De toda essa discussão sobre flexão da força, estruturas disciplinares (e de controle) e tecnologias de si, uma lição importante não deve deixar de ser posta, segundo questionamento de Jurandir Costa (1999): o que pode distinguir a arte de viver de Foucault dos *hollywood-self* de hoje? Requestiono: como se dá atualmente a “estilística da existência” nas sociedades modernas? Pensa-se neste conciso escrito, que é fruto de uma reflexão pontual, inicial e até mesmo aventureira (na boa acepção da palavra), que as

novas dobraduras (terceiro eixo) para a constituição do *ser* estão, de um lado, mais ousadas pelo próprio advento de uma sociedade mais informacional (ou menos desinformacional), além das “supostas” liberdades advindas no final do século XX sob o rótulo de pós-modernidade; de outro, mas susceptíveis à novas formas de dominação sutil pela própria complexificação dos mecanismos de controle no capitalismo de acumulação flexível e pela indústria cultural. Hoje, as dobras têm que se redobrar para não caírem em desdobramentos não-dobrados. O que isso significa? Por enquanto, caso se almeje seguir esse projeto filosófico, é somente “desdobrando” os próprios Foucault e Deleuze que se encontrará uma resposta mais adequada.

Referências

ADORNO, T.-W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

COSTA, Jurandir Freire. Foucault e a terapêutica dos prazeres. *Revista Agora*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 9-25, 1999.

COSTA, Rogério da. Sociedade de controle. *São Paulo em Perspectiva*, v. 18, n. 1, p. 161-167, 2004.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles. *A dobra: Leibniz e o Barroco*. Campinas: Papyrus, 1991.

DOMINGUES, José Maurício. *Teorias sociológicas no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FOUCAULT, Michel. Tecnologias de si. *Verve*, PUC, São Paulo, n. 6, p. 321-360, out. 2004.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Trad. de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

MATOS, Olgária C. F. *A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do Iluminismo*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

PAIVA, Antonio Cristian Saraiva. *Sujeito e laço social: a produção da subjetividade na arqueogenealogia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado, 2000.

ROLNIK, Suely. Uma insólita viagem à subjetividade: fronteiras com a ética e a cultura. In: LINS, Daniel (Org.). *Cultura e subjetividade: saberes nômades*. Campinas: Papirus, 1997.

SILVA, Rosane Neves da. A dobra deleuziana: políticas de subjetivação. *Rev. Dep. Psicol.*, UFF, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 55-75, jan.-jul. 2004.